

Caso Mogincual

Resumo

No passado dia 16 de Março de 2009 Moçambique veio a confrontar-se com uma avalanche de mortes no comando distrital de Mogincual na Província de Nampula, a semelhança do que aconteceu em 2000 no distrito de Montepuez Província de Cabo Delgado. Como vítimas do sinistro estava a população reclusa la encarcerada. Em consequência disso, foram detidos o Comandante distrital da PRM, o Oficial da PIC, e um Agente da PRM em serviço na data das mortes.

Introdução

No ano de 2003 a Liga dos Direitos Humanos (LDH) realizou uma conferência de imprensa que tinha como principal enfoque a superlotação nos estabelecimentos prisionais ao nível nacional.



Seis anos depois constata-se que a situação prevalece e poucos centros prisionais foram construídos para responder a demanda da população reclusa.

No último dia da Conferência Nacional

sobre a Criminalidade e Sociedade: O Respeito pela Vida Humana, onde alguns se mostraram aversos as penas alternativas como medida para mitigar o problema da superlotação das cadeias, ocorre um sinistro que causou a morte de 12 reclusos na cela do Comando Distrital de Mogincual causado fundamentalmente pela superlotação.

Para se inteirar dos factores que contribuíram para o cenário macabro, uma equipa da LDH fez-se ao local donde colheu dados a respeito. Para uma maior profundidade de informação, a mesma deslocou-se a Liupo-Sede do distrito de Mogincual, Aldeia de Yawe no mesmo distrito e distrito vizinho de Angoche que acolheu através do seu estabelecimento prisional os reclusos sobreviventes.

Na sequência da busca de informações relativas ao sinistro ocorrido, manteve-se um encontro com o Comandante distrital substituto da PRM em Mogincual, organizou-se um grupo focal na aldeia de Yawe que dista aproximadamente 7 Km da sede do distrito, de onde foram detidos 10 cidadãos dos quais 6 obitaram; contactou-se ao líder comunitário, ex-detento e sobrevivente, e ao Procurador distrital de Angoche. Tentativas de conversar com os reclusos sobreviventes e transferidos para Angoche falharam. O director da cadeia mostrou-se irredutível a colaboração com a LDH, alegando que só era permitido a entrada na cadeia mediante autorização do director Provincial.

Salienta-se que a visita da equipa ao estabelecimento prisional coincidiu com a chegada ao distrito do Comandante Geral da PRM.

Antecedentes

Os acontecimentos de 16 de Março foram antecidos de algumas violações flagrantes dos direitos humanos, e normas deontológicas da polícia em Sangaje distrito de Angoche, província de Nampula.

Três semanas antes (26-28/02/09) das mortes de Mogincual, Angoche viveu momentos de terror não registados pela imprensa. O facto resultou de mal entendidos por parte da população em relação as mensagens sobre a prevenção da cólera. Em resultado disso houve uma manifestação popular contra os activistas da saúde, que foi violentamente reprimida pela PRM. Consta-nos que no acto da repressão à manifestação, a polícia disparou contra cidadãos indefesos tendo-se registado número indeterminado de óbitos e 38 cidadãos detidos na cadeia distrital¹. Destes últimos apenas 8 tinham uma certa culpabilidade em conexão com o caso relatado, segundo fontes oficiais.

A manifestação popular foi politizada pelo comando provincial da PRM, que considerou como desmandos perpetrados pelos membros do partido RENAMO, tendo em seguida ordenado a actuação das Forças de Intervenção Rápida ao Posto administrativo de Sangaje. No acto de contenção dos ânimos populares, a FIR que foi antecida por um contingente da polícia de

¹ No acto da formalização das detenções alguns reclusos foram soltos porque não apresentavam provas que os incriminassem. De regresso à casa um dos reclusos que devia percorrer a pé mais de 100 Km, perdeu a vida pelo caminho, o que terá sido motivado pela debilidade originada pela fome.

protecção tinha em mente a desmantelação dos membros da RENAMO que provocavam desordem e não a população que não compreendeu devidamente a mensagem sobre a cólera.

As informações em posse da LDH dão conta que as comunidades rurais de Angoche, e em geral por todo o país, valorizam e respeitam incondicionalmente aos seus líderes comunitários. Por esta razão todo o trabalho ou projecto que se pretenda bem sucedido ao nível localmente deve ser feito com o consentimento das autoridades locais. Situação idêntica não ocorreu em Sangaje (Angoche) e Quinga (distrito vizinho de Mogincual), onde alguns activistas da saúde foram surpreendidos depositando porções de cloro nos furos de água. Pela pouca informação, os residentes de Sangaje entenderam que se tratava de mal intencionados que depositavam na água para o consumo a droga que provoca a cólera. Tal mal-entendido resultou, conforme se referenciou anteriormente, numa manifestação popular contra tais activistas tendo culminado com a intervenção macabra da PRM. Situações idênticas estenderam-se até Quinga no distrito de vizinho de Mogincual tendo resultado na superlotação da cela do comando distrital que causou 12 mortes registadas até o dia 23 de Março data em que a equipa da LDH fez-se àquele distrito.

Constatações

Conforme se referenciou anteriormente, a equipa da LDH tinha como principal objectivo averiguar as prováveis causas das mortes no Comando distrital de Mogincual, ocorridas no dia 16 de Março do corrente ano.

- Do comando distrital soube-se que a cela usada para encarcerar aos reclusos tem a capacidade para 9, cuja infraestrutura fora construída em



2001, em substituição da anterior que não oferecia segurança.

- Até ao dia 16 de Março, encontravam-se encarcerados 34 detidos provenientes das localidades de Quinga, Yawe e outras, acusados de terem fomentado desordem e vandalismo nas suas localidades.
- A Procuradoria do distrito vizinho de Angoche que vem acompanhando este caso refere que no lugar de 34 detidos, estavam 38.
- Um líder comunitário ora detido e que sobreviveu do sinistro refere que para além dos 38 detidos encarcerados haviam outras 3 detidas não encarceradas na mesma cela, perfazendo um total de 41 detidos.
- Até o dia 14 de Março estavam detidos 33, sendo o pico atingido no dia 16 com a entrada de mais 3 perfazendo um total de 38 detidos encarcerados até aquele dia.
- Segundo se conta, no dia 16, o calor era intenso e todos estavam molhados de suor tendo os clamores pelo socorro iniciado por volta das 12 horas.
- Tendo a cela apenas 2 respiradores, estando um muito distante (próximo ao tecto) houve uma disputa entre eles pela proximidade ao respirador que na altura estava ao alcance de apenas um recluso – chefe da cela.
- No dia 16 de Março estavam em serviço apenas 2 agentes no comando distrital de Mongicual
- A insistência pelo socorro em resultado das escaramuças, pânico, e agitação numa cela com a capacidade para 9 pessoas, e albergando naquele momento 38 pessoas, num dia de calor intenso, não comoveram ao guarda que em resposta, gritou em viva voz: -“Que morram”, seguidamente introduzindo 3 algemas no interior da cela.
- Segundo o procurador, o socorro surgiu por volta das 4 horas de madrugada do dia 17, momento em que a cela foi aberta.



- Haviam na altura detidos amarrados e outros algemados em pares de dois e que coincidentemente são os que pereceram.
- Para além dos sobreviventes², encontravam-se na cela número indeterminado de reclusos desmaiados, 11 mortos, e o décimo segundo morto registou-se no pátio aquando da retirada dos detidos da cela.

Outras constatações

- O discurso oficial alega que os detidos estavam em conexão com a campanha de desinformação sobre a cólera.
- O que se verificou é que 10 dos detidos provenientes da aldeia de Yawe tinham como causa da detenção problemas relativos ao policiamento comunitário, após a apreensão de uma motorizada supostamente roubada, que resultou num mal-entendido por parte da polícia. Deste grupo perderam a vida 6 indivíduos.
- As outras 6 mortes afectaram aos detidos provenientes da aldeia de Quinga que tinham a ver com a presumível campanha de desinformação acerca de cólera.
- Os restantes detidos já se encontravam na mesma cela por motivos diversos.
- Os detidos não tinham a culpa formalizada, sendo 8 deles libertos clandestinamente após o sinistro. Um dos libertos é o presumível chefe da cela que poderá ter sido um dos responsáveis pelo tumulto.
- Durante a abertura da cela, muitos detidos estavam em situação de nudez, o que terá resultado da sua acção face ao calor intenso registado na cela no dia do sinistro.
- Dentre os detidos sobreviventes que foram transferidos para Angoche, muitos encontram-se em situação de nudez e traumatizados.



Grupo focal na aldeia de Yawe

² Os reclusos sobreviventes passaram por um clima de terror que os deixou traumatizados necessitando assim de um acompanhamento psicológico. Entretanto presume-se que tal possibilidade é remota.

- A superlotação resultou basicamente pelo facto dos agentes da PRM não tomarem prudência de investigar para prender. No lugar deste princípio, eles optaram pelo inverso “prender para investigar”. Este facto contribuiu para uma avalanche de detidos sem culpa formalizada.
- Quase todos não foram detidos sob algum mandato de busca e captura, o facto agrava-se por não ter sido em situação de flagrante delito.
- Os reclusos da aldeia de Yawe, foram na sua maioria (7) capturados a noite por volta das 20 horas, sob ameaça de disparos de armas de fogo, o que viola as normas de detenção.

Conclusões

Depois de averiguadas as condições de detenção a que haviam sido sujeitos os cidadãos em causa, a LDH considera que houve uma sucessão de factores que contribuíram para a morte dos detentos.

A superlotação foi o ponto inicial do problema tendo conseqüentemente desencadeado numa sucessão de elementos catalizadores da morte como a falta de ar suficiente na cela, calor insuportável para os detidos, falta de espaço para comodidade, escaramuças pelo acesso ao único respirador da cela acessível, sufoco e asfixia dos detidos. Todos estes factores concorreram para a morte dos reclusos.

Um outro elemento que contribuiu para o sinistro foi o desinteresse aos apelos dos detidos que clamavam por socorro a partir das 12 horas do dia 16 de Março. O guarda destacado para o dia simplesmente ignorou ao clamor não os tendo socorrido atempadamente. Este factor concorreu para o elevado número de mortes registadas no local.

A não construção de novos estabelecimentos prisionais a altura das necessidades actuais associado ao facto de termos uma policia que prende para investigar no lugar de fazer o inverso, tem concorrido para a superlotação e conseqüentemente mortes em quase todos os estabelecimentos prisionais de Moçambique. O que aconteceu em Mogincual, vem se suceder a tragédia de Montepuez em 2000, e presume-se que enquanto não forem tomadas medidas apropriadas a curto prazo, mais situações idênticas poderão ocorrer doravante.

Recomendações

Com vista a fazer face a situações idênticas as de Mogincual e Montepuez, a LDH traz as seguintes recomendações:

- Deve-se mobilizar aos agentes da PRM a investigarem antes de efectuarem qualquer detenção para fazer face as exíguas capacidades dos estabelecimentos prisionais;
- Aumentar a capacidade reclusiva dos estabelecimentos ora existentes e construir nos locais onde não existem;
- Aumentar o efectivo policial nas zonas em que haja necessidade para tal;
- Criar e disponibilizar os meios de trabalho nas instituições prisionais;
- Indeminização das famílias enlutadas;
- Formação contínua dos agentes da PRM em matéria de Direitos Humanos por agentes especializados;
- Selecção criteriosa dos Agentes para a integração na corporação policial;
- Revisão do efectivo da PRM, fundamentalmente nas zonas recônditas do país.

Nampula, aos 25 de Março de 2009.

A equipa de trabalho:

- Augusta Eduardo
- Book Sambo
- Salva Revez
- Tarciso Abibo